

# GÊNERO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: CONEXÕES A PARTIR DAS NARRATIVAS DE MULHERES CAMPONESAS NO OESTE CATARINENSE<sup>1</sup>

Fernanda Folster de Paula<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-8334-6514>

## RESUMO

Este artigo analisa as transformações que ocorreram na agricultura e nas relações de gênero no oeste catarinense, nas décadas de 1970, 80, e 90, recortando as unidades de produção camponesas. Partindo do relato das mulheres camponesas, militantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que viveram tais transformações, resgatadas por meio de onze entrevistas semi-estruturadas, a hipótese que guia este trabalho é a de que a emergência do trabalho integrado, uma das características da modernização da produção agrícola no oeste catarinense, transforma os modos de produzir do campesinato, mobilizando a diferença de gênero e acirrando desigualdades. Argumenta-se que o estabelecimento de contratos de integração entre as famílias camponesas e as agroindústrias e, posteriormente, o agronegócio, concorrem para naturalizar uma generificação do trabalho produtivo e reprodutivo. Os homens tornam-se os responsáveis e gestores da produção; e as mulheres são cada vez mais associadas ao trabalho de reprodução, de modo que o trabalho das mulheres no âmbito produtivo vai se tornando progressivamente invisibilizado. A partir deste caso, este artigo explora as consequências analíticas da relação entre modernização da agricultura, divisão sexual do trabalho e desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Gênero, Estudos rurais, Campesinato, Agronegócio, Epistemologia Feminista.

## GENDER AND THE MODERNIZATION OF AGRICULTURE: CONNECTIONS BASED ON THE NARRATIVES OF PEASANT WOMEN IN THE WEST OF THE STATE OF SANTA CATARINA.

## ABSTRACT

This article analyzes the transformations that happened in agriculture and in gender relations in the west of the State of Santa Catarina in the 1970s, 80s and 90s, based on the study of peasant production units. Based on the report of peasant women who lived these transformations, the hypothesis of this article is that the emergence of agroindustries and agribusiness in these decades transformed peasantry's ways of producing, mobilizing the gender difference and deepening inequalities. It is argued that the establishment of integration contracts between the peasant families and agroindustries, and later, agribusiness, contributed to attribute gender to productive and reproductive labour. Thereby, men become responsible for productive labour, and women are increasingly associated with reproductive labour, and women's participation in productive labour is progressively invisibilized. Based on this case, this article explores the analytic consequences of the emergence of agribusiness, sexual division of labour and gender inequalities.

Keywords: Gender, Rural Studies, Peasantry, Agribusiness, Feminist Epistemology.

## GÉNERO Y MODERNIZACIÓN DE LA AGRICULTURA: CONEXIONES A PARTIR DE LAS NARRATIVAS DE MUJERES CAMPESINAS DEL OESTE DEL ESTADO DE SANTA CATARINA

<sup>1</sup> Este artigo foi elaborado a partir dos resultados da pesquisa de mestrado “Os sentidos da terra para as mulheres rurais organizadas”, que contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do processo nº 2018/12938-7.

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutoranda em Sociologia na mesma instituição. E-mail: [fer.folster@gmail.com](mailto:fer.folster@gmail.com).

## RESUMEN

Este artículo analiza las transformaciones ocurridas en la agricultura y en las relaciones de género en el occidente del Estado de Santa Catarina en las décadas de los setenta, ochenta y noventa, a partir del estudio de las unidades de producción campesina. A partir del informe de mujeres campesinas que vivieron estas transformaciones, la hipótesis de este artículo es que el surgimiento de las agroindustrias y el *agribusiness* en estas décadas transformó las formas de producción del campesinado, movilizándolo la diferencia de género y profundizando las desigualdades. Se argumenta que el establecimiento de contratos de integración entre las familias campesinas y las agroindustrias, y luego el *agribusiness*, contribuyó a atribuir género al trabajo productivo y reproductivo. De esta manera, los hombres se vuelven responsables del trabajo productivo, y las mujeres se asocian cada vez más con el trabajo reproductivo y la participación de las mujeres en el trabajo productivo se invisibiliza progresivamente. Con base en este caso, este artículo explora las consecuencias analíticas del surgimiento de la agroindustria, la división sexual del trabajo y las desigualdades de género.

Palabras clave: Género, Estudios Rurales, Campesinado, Agribusiness, Epistemología Feminista.

## INTRODUÇÃO

Entendendo que gênero<sup>3</sup> é uma forma primeira de significar as relações de poder, estruturando a organização social entre sexos (Scott, 1995) tanto no espaço público quanto no privado, este artigo analisa as transformações ocorridas na agricultura no oeste catarinense<sup>4</sup>, nas décadas de 1970, 80 e 90. Para tanto, o recorte é a produção das famílias camponesas, partindo da hipótese de que a modernização da agricultura, no oeste catarinense, estruturou-se, ao menos em parte, sobre a subordinação da produção camponesa às agroindústrias e ao agronegócio, e sobre o acirramento das desigualdades de gênero (Brumer, 2004). Procura-se discutir, assim, como tal modernização tem efeitos distintos para homens e mulheres camponeses (Park; White; Julia, 2015), ao mobilizar a diferença de gênero, aprofundando desigualdades.

A modernização da agricultura no oeste catarinense subordinou a produção camponesa principalmente mediante o estabelecimento de contratos de integração<sup>5</sup> (Paulilo, 1990). Argumenta-se que tais contratos, ao remunerar os trabalhos produtivos realizados nas pequenas propriedades – organizadas a partir de uma lógica camponesa de hierarquia masculina (Woortmann, Woortmann, 1997; Brumer, 2004; De Paula, 2020) –, consolidam a generificação dos trabalhos produtivos e reprodutivos, e concorrem para a naturalização da responsabilidade das mulheres pelo segundo. Confluem assim, segundo a hipótese deste artigo, para acentuar a divisão sexual do trabalho no interior das famílias camponesas, de um modo específico, dificultando o acesso à renda pelas

---

<sup>3</sup> Gênero é entendido neste artigo como a organização social da relação entre os sexos (Scott, 1995).

<sup>4</sup> O oeste catarinense é uma mesorregião do Estado de Santa Catarina (IBGE, 1975).

<sup>5</sup> Segundo Paulilo, “Um produtor é integrado quando produz matéria-prima para uma empresa sob a supervisão direta desta empresa, recebendo dela insumos e orientação técnica, por um lado, e comprometendo-se, por outro, a entregar-lhe toda a produção” (1990, p. 131). Em 2016, este tipo de contrato agrícola foi regulamentado por meio da Lei 13.288, e foi decidido que ele não constitui vínculo trabalhista entre as empresas e os agricultores.

mulheres e aumentando suas cargas de trabalho (Brumer, 2004), o que, de acordo com a narrativa das mulheres, concorre para circunscrevê-las ao espaço privado, reorganizando as relações de gênero no espaço privado e público.

Diversas autoras já analisaram o impacto da modernização da produção e do trabalho integrado sobre a rotina das mulheres rurais (Gomes, Nogueira, Toneli, 2016; Schmitz, Dos Santos, 2013). Anita Brumer, por exemplo, demonstrou a invisibilização do trabalho produtivo das mulheres rurais no Rio Grande do Sul, bem como a concentração de renda nas mãos dos homens, mediante a modernização da agricultura (Brumer, 2004). Maria Ignez Paulilo analisou como a definição de trabalho leve ou pesado é feita em referência ao gênero de quem o realiza (Paulilo, 1987). Este artigo confirma algumas das tendências discutidas pelas autoras, bem como avança na argumentação sobre a relação entre modernização da agricultura e gênero.

Segundo Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho tem como característica a designação dos homens à produção, e das mulheres à reprodução, além da divisão hierárquica dos trabalhos, na qual ao trabalho dos homens se é atribuído valor maior do que ao das mulheres (Hirata, Kergoat, 2007; Kergoat, 2009). Em geral, o âmbito da produção é associado ao espaço público, e a reprodução, ao espaço privado (idem). Entretanto, no espaço rural do oeste catarinense, ambas as atividades são realizadas na unidade produtiva familiar, ou seja, no espaço privado. Deste modo, mais que uma definição por meio da atribuição entre o espaço em que cada trabalho é realizado, a distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo diz respeito à remuneração financeira do primeiro, bem como a diferença de status atribuídos a eles (Faria, 2011). A partir deste referencial teórico, sugere-se que, antes das transformações da agricultura no oeste catarinense, a divisão sexual do trabalho – ou, dito de outro modo, a generificação dos trabalhos – nas famílias camponesas era incipiente, mas foi se agudizando mediante o estabelecimento de contratos de integração.

A análise sobre as relações de gênero no processo de modernização da agricultura intenta modificar a percepção sobre a história desta modernização. Retomando os argumentos de Joan Scott (1995) sobre o conhecimento histórico, a historiadora sustenta que estudar as relações de gênero não é importante apenas para incluir a história das mulheres na história. Para além disso, tais estudos são importantes pois permitem aprofundar o conhecimento da história em si, ao possibilitar a reflexão sobre como as relações de gênero, entendidas enquanto relações de poder, concorreram, por exemplo, para a organização da família e do mercado, e para a divisão entre espaço público e privado, dando base à construção de desigualdades (ibidem). Utilizando tal formulação, este artigo propõe que a análise das relações de gênero no processo de modernização da agricultura não é importante apenas para incluir as mulheres na história de tais transformações, mas também para ampliar o conhecimento sobre a modernização da agricultura de modo geral, que, conforme a hipótese deste trabalho, têm nas relações de gênero nas famílias camponesas um ponto importante de estruturação.

Para as discussões feitas neste artigo, recorre-se à revisão bibliográfica sobre a modernização da agricultura no oeste catarinense (Paim, 2006; Mior, 2003; Barbosa, Lerrer, 2018), às bibliografias sobre gênero, integração produtiva e modernização da produção (Brumer, 2004; Paulilo, 1987; 1990), e à consulta a materiais produzidos pelo Movimento de Mulheres Camponesas sobre este contexto (MMA, 1992; MMC, 2004, 2007, 2018). Também são mobilizadas onze entrevistas<sup>6</sup> semiestruturadas realizadas entre 2018 e 2019, durante a pesquisa de mestrado, com mulheres camponesas que viveram o processo de transformação da agricultura no oeste catarinense. As mulheres entrevistadas são militantes do MMC, no Estado de Santa Catarina, e foram selecionadas para as entrevistas com base na disponibilidade em me receberem em suas casas, bem como visando contemplar a diversidade de experiências de participação nas diferentes instâncias de organização do movimento (regional, estadual e nacional). O ativismo construído no interior do movimento por uma agricultura de base ecológica (MMC, 2007), concorre para que as mulheres façam uma leitura crítica acerca das transformações vividas na agricultura no final do século XX. Essa leitura crítica é uma fonte privilegiada para a análise feita por este artigo, pois auxilia no esforço de desnaturalização das transformações que ocorreram no interior das famílias camponesas.

Este artigo parte do pressuposto de que qualquer forma de conhecimento e, especificamente, de produção científica, lança uma perspectiva parcial, localizada sobre um objeto de estudo (Haraway, 1995) — o que não significa que seja menos objetiva (*idem*). Deste modo, as narrativas das mulheres sobre a emergência do agronegócio são elaboradas a partir de perspectivas localizadas, contadas a partir da corporalidade e da posicionalidade dos sujeitos. Essas narrativas não dizem respeito à totalidade do processo, mas contam, a partir das experiências<sup>7</sup> das mulheres, sobre uma dimensão específica, de modo que são fontes importantes para entender o complexo processo de modernização da agricultura:

Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e

---

<sup>6</sup> O primeiro contato com as entrevistadas se deu por ocasião da comemoração de 35 anos do MMC, em Santa Catarina, em 23 e 24 de novembro de 2018, no município de Chapecó-SC. A partir desse primeiro contato, as entrevistas foram realizadas em dois momentos: durante reunião da coordenação estadual do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, no Centro de Formação Maria Rosa, localizado no município de Chapecó; e, posteriormente, em visita às casas das mulheres, nos municípios de Quilombo-SC, Xaxim-SC, Marema-SC, Concórdia-SC, Chapecó-SC e Itá-SC. Ainda que todas as entrevistas realizadas tenham ajudado a formulação dos argumentos aqui apresentados, apenas cinco estão parcialmente transcritas no artigo. O nome das entrevistadas foi alterado, seguindo as determinações de garantia de privacidade do Comitê de Ética para Pesquisa com Seres Humanos (Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNS). Para mais sobre as entrevistas realizadas, ver: De Paula (2020).

<sup>7</sup> Entende-se como experiência a prática de atribuir sentido às vivências, que tem dimensão simbólica e narrativa: “De fato, ‘experiência’ é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos ‘realidade’. Donde a necessidade de re-enfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a ‘verdade’ mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado” (Brah, 2006, p. 360).

responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva (Haraway, 1995, p. 21).

É importante precisar a o que o termo ‘modernização da agricultura’ se refere. Trata-se de um processo analisado de diversas maneiras por diferentes autores (Heredia; Leite; Palmeira, 2010), sendo alguns dos termos mais recorrentes para descrevê-lo: formação de complexos agroindustriais (Da Silva, 1995; Kageyama et al, 1990), industrialização da agricultura (Da Silva, 1995) e Revolução Verde (Moreira, 2000). De modo geral, e utilizando a formulação destes autores, este artigo se refere à articulação que passa a ocorrer entre a agricultura e a produção industrial, que pode ser verificada por meio da utilização de máquinas e insumos industriais — que tentam controlar a natureza no processo de produção (Da Silva, 1995) — e por meio da venda dos produtos da agricultura para as indústrias (por exemplo, venda de fumo, de suínos, leite etc., como matéria prima para produção de mercadorias). Esta articulação subordina e integra a produção agrícola à dinâmica industrial, especificamente no que diz respeito aos processos e tempos de trabalho, principalmente por meio do estabelecimento do trabalho integrado entre agroindústria e campesinato. O aprofundamento deste processo de modernização da agricultura no oeste catarinense culminou na integração da produção camponesa ao agronegócio<sup>8</sup>, na qual a referência à indústria passou a significar o conglomerado empresarial financeirizado que controla e gere determinada indústria local (Heredia; Leite; Palmeira, 2010) – como, por exemplo, na região, a BRF, a JBS, a Piracanjuba, a Philip Morris.

Mais do que caracterizar as mudanças produtivas decorrentes da modernização da produção, interessa aqui retomá-la a partir do relato das mulheres camponesas, circunscrevendo tal processo principalmente em seus efeitos nos modos de produzir do campesinato, e, em especial, na vida das mulheres. Assim, este artigo dedica-se a analisar as transformações que ocorreram na agricultura e nas relações de gênero no oeste catarinense, nas décadas de 1970, 80, e 90, recortando as unidades de produção camponesa.

## MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Para os temas discutidos neste artigo, importa contextualizar em linhas gerais a ocupação do oeste catarinense pelas famílias camponesas. Esta ocupação ocorreu em meados do século XX, mediante a expulsão de comunidades indígenas na região por empresas colonizadoras (Woortmann, 1995), que dividiram as terras devolutas, doadas pelo Estado, e as venderam às famílias camponesas (ibidem), compostas principalmente por imigrantes europeus e seus descendentes. A produção das famílias camponesas era baseada no policultivo, dada a dificuldade de acesso a mercados em algumas

---

<sup>8</sup> Há muitos traços que caracterizam o agronegócio, como, por exemplo, sua atuação política, e uma discussão mais densa sobre este assunto pode ser encontrada em: Heredia, Palmeira e Leite (2010); e Leite e Junior (2015).

colônias (Seyferth, 2011). Segundo relato das mulheres mais velhas, os homens na colônia<sup>9</sup> eram figuras de autoridade na família e na comunidade, e exerciam influência direta na vida das mulheres, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de escolarização<sup>10</sup> e à escolha dos cônjuges, sendo notável uma hierarquia familiar generificada<sup>11</sup>. Ainda que as mulheres também trabalhassem na terra (na roça, na horta e no trato com animais), a renda da produção familiar, de modo geral, ficava na mão dos homens. Entretanto, as mulheres entrevistadas me explicaram que a renda advinda dos trabalhos realizados exclusivamente pelas mulheres (como venda de queijos, ovos e etc), ficavam, via de regra, sob gestão delas<sup>12</sup>.

A partir deste contexto, sugere-se que as transformações da agricultura nas décadas de 1970, 1980 e 1990 apontam para duas tendências: (i) uma consolidação da generificação dos trabalho produtivo e reprodutivo, na qual o segundo, sendo um trabalho não remunerado, é cada vez mais atribuído exclusivamente às mulheres, e tal distinção concorre para a legitimidade dos homens no controle da produção e da renda – ainda que as mulheres continuem participando também, de modo invisibilizado, do trabalho produtivo; (ii) um constrangimento dos tempos e da autonomia das mulheres sobre o trabalho reprodutivo, dadas as exigências feitas no âmbito produtivo pela modernização da produção. Ambas as tendências concorrem para o aumento da carga de trabalho das mulheres, para a desvalorização econômica e invisibilização de seus trabalhos, acirrando assimetrias de gênero no interior do campesinato. Além disso, concorrem para a perda de soberania alimentar<sup>13</sup> do campesinato, como será discutido adiante.

---

<sup>9</sup> As colônias são formadas pelo seguinte processo: “É constituído de uma área demarcada por linhas<sup>#</sup> e seus “lotes rurais” (e linha aí supõe uma via de comunicação) destinados às famílias de imigrantes, com um lugar reservado ao futuro povoado. O concessionário do lote rural e sua família, por lei, deviam ali construir sua moradia. Assim, o povoado era destinado à administração, aos comerciantes, aos prestadores de serviço etc., produzindo uma polarização rural-urbana antes mesmo do crescimento das cidades. A exploração agrícola enquadra-se nas teorias que trataram da “economia camponesa”: trabalho familiar, sem empregados externos à unidade doméstica, prática da policultura associada à criação de animais, excedentes e artigos específicos (como o fumo) destinados ao comércio dominado por redes de negociantes estabelecidos nos povoados e nas cidades, quase sempre da mesma origem nacional” (Seyferth, 2011, p. 408).

<sup>10</sup> Joana, militante do MMC-SC desde o surgimento do movimento, é uma das mulheres que narram a autoridade do pai em sua vida. Ela diz: “O meu sonho era ser professora. Mas naquele tempo obrigatoriamente você teria que sair de casa para poder estudar, não existia transporte, condições. Então você teria que ir ou para um colégio interno, ou então morar numa família na cidade, e poder fazer. Os meus dois irmãos mais velhos que eu, eles foram pro colégio, um colégio interno, e foi tranquilo a saída deles. Mas quando eu quis ir estudar também, aí no meu caso, nem pensar. Porque filha mulher não saíria de casa cedo, porque teria, corria o risco de se perder, essa era a fala” (Joana, entrevista cedida em 23 de abril de 2019).

<sup>11</sup> Diversos estudos caracterizam a hierarquia de gênero nas famílias camponesas como uma característica distintiva do campesinato (Heredia; Garcia; Garcia Jr., 1984; Woortmann, 1995; Woortmann; Woortmann, 1997).

<sup>12</sup> Joana narrou que, quando a produção das mulheres não era destinada inteiramente para a família, a renda ficava com elas: “Então era produzido pra sustentar aquela família, dava autonomia nesse sentido. Aí depois veio um tempo, eu acho que eu entro nesse tempo, que aí você passa a vender algumas galinhas, a vender um doce, vender açúcar mascavo, vender ovos, e esse dinheiro geralmente vai pras mãos das mulheres, e as mulheres compram aquilo que é a necessidade básica pra elas, pras filhas e tal. E a grande produção continua sendo vendida pelo homem” (Joana, entrevista cedida em 21 de setembro de 2019).

<sup>13</sup> Soberania alimentar é um conceito desenvolvido pela Via Campesina e utilizado pela primeira vez em 1996. Diz respeito ao direito dos povos a “alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo” (Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, 2007).

Partindo do relato das mulheres camponesas para reconstrução do processo de modernização da agricultura, importa seguir a ordem cronológica de tais transformações, tal como me foram recontadas. Joana, hoje militante que compõe a direção nacional do MMC, nasceu em 1956, no Estado do Rio Grande do Sul, em uma colônia, e se mudou para o município de Quilombo - SC em meados da década de 1970. Ela viveu o início da transformação da agricultura no oeste catarinense, e relata sobre as mudanças na agricultura das famílias camponesas – denominado por ela como “implementação da Revolução Verde”:

Implementação da revolução verde, aí mudou totalmente, a produção passou a ser centralmente milho e soja. Que era o plantio extensivo, e o quanto mais, porque foi o período da venda da soja e do milho. E aí, antes da revolução verde, aí todo mundo tinha um pouco de porco, um pouco de galinha, umas vaquinhas de leite e tal. Quando chega a revolução verde, passa a organizar, então, a produção de forma diferente né. E não foi muito longe, começaram a aparecer as integrações e os contratos, e daí era por produção, ou você integrava pra suínos, depois mais tarde veio a integração de leite, depois veio de frangos, a integração de fumo, tudo passou a ser pela integração né. Então foi mudando, gradativamente. Foi se perdendo toda aquela, a cultura e lógica da cultura camponesa (Joana, entrevista cedida em 23 de setembro de 2019).

Joana enfatiza as consequências da modernização da agricultura para a variedade produtiva que caracterizava a produção camponesa na região até então (Woortmann, 1995). Progressivamente, as famílias camponesas passam a dedicar-se exclusivamente à produção de milho, trigo e soja, como ela relata:

Eu sou uma pessoa que pela idade que eu tenho eu acabei vivendo o período, com os meus pais, da produção camponesa, que era mandioca, batata, milho, feijão, arroz, cana de açúcar, umas vaquinhas de leite, um pomar, bem diversificado. E nos meus treze, quatorze anos, aí começou toda a implementação da revolução verde, que mudou totalmente a lógica. Aí eu vivi por exemplo, aos quatorze anos, eu fiz parte do Clube 4S (Joana, entrevista cedida em 23 de setembro de 2019).

Os Clubes 4S (Saber para Sentir, Saúde para Servir) que Joana cita são o resultado de iniciativas da Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina, que, por meio da Associação de Crédito e de Extensão Rural de Santa Catarina (ACARESC), promoviam atividades de extensão rural voltadas principalmente aos jovens, por meio dos clubes. Essas iniciativas começaram ainda na década de 1950, mas alcançaram seu auge durante o Regime Civil-Militar (1964-1985) (Da Silva, 2010). Sobre as atividades desenvolvidas pelos clubes, “a ACARESC propôs a construção de um jovem rural disciplinado e alinhado aos interesses da nação e seu processo de industrialização – através da racionalização das técnicas agrícolas e difusão de insumos considerados modernos” (Da Silva, 2010, p. 38). Ao final dos anos 1980, as atividades dos grupos começam a diminuir, culminando na extinção da ACARESC, em 1991. Joana conta sobre sua participação nos Clubes 4S:

Se instituiu por parte do governo os clubes 4S. Que eram clubes que aglutinavam a juventude, o lema era "saber, sentir, saúde e servir" né, numa lógica militar, e nesse clube 4S eles preparavam os jovens pra implementação da revolução verde. Então foi através desses jovens que chegaram os primeiros venenos pra formigas, chegou os primeiros adubos químicos, as primeiras sementes híbridas, e aí os meninos eram preparados pro plantio dessas sementes, pro uso desses insumos, e as jovens eram preparados para o bordado, tricô, crochê, costura, a culinária (Joana, entrevista cedida em 23 de abril de 2019).

Os clubes executaram papel fundamental no processo de modernização da agricultura no oeste catarinense (Da Silva, 2010), servindo como espaço educativo para os jovens agricultores, no qual foram difundidas práticas de modernização da produção – como plantio de sementes transgênicas, utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, tratores etc. É curioso perceber que Joana ressalta como os Clubes 4S difundiam também uma concepção de divisão do trabalho a partir da diferença de gênero, assentada por sua vez na diferença do órgão sexual. Os meninos deveriam ocupar-se da produção e de aprender as práticas de modernização agrícola. Às meninas competia o papel de cuidar da casa e da família, do espaço doméstico.

Essa perspectiva difundida pelos Clubes 4S sobre o trabalho das mulheres contrasta em parte com o papel que as mulheres camponesas desempenhavam na família, desde a colonização da região – que incluía, além do trabalho de cuidado com a família e com o espaço doméstico, o trabalho no cultivo (ainda que não da lavragem da terra, como relataram as mulheres), de cuidado com a alimentação (em todas suas etapas, desde o plantio até o preparo dos alimentos), e de trato dos animais. Importa ressaltar que a concepção de generificação dos trabalhos difundida pelos Clubes 4S circunscreve a ascendência das mulheres aos trabalhos não remunerados, legitimando os homens como atores que controlam a renda nas famílias e a gestão do trabalho produtivo. Assim, os Clubes 4S têm parte na história da generificação do trabalho nas famílias camponesas do oeste catarinense, representando o meio pelo qual o próprio Estado atuou na naturalização deste modo de organizar a vida.

Leonor, outra entrevistada nascida na década de 1950, militante do MMC e hoje residente do município de Marema-SC, relata sobre suas lembranças de vivência nesses clubes, vinculados às atividades da CooperAlfa:

Tinha o programa do governo chamado 4S, então a gente ia fazer reunião junto com aquela equipe da, como que era, uma equipe que ia fazer isso. E daí a gente ia junto pra ajudar, pra dar força. Que na época, a gente jamais imaginava que era o pior disso. E aí, pra mim, me chamava a atenção porque daí veio aquela coisa boa, tempo de bom, que as mulheres viam e compravam bolacha na cooperativa, e eu era caixa, era coordenadora do mercado, eu pensei meu deus, onde é que se viu, elas vendiam ovos e compravam bolacha, eu achava um absurdo porque nós estávamos acostumados a economizar, fazer em casa, mas aí elas iam, ah, agora nós compramos tratos, tem veneno, agora nós podemos ficar em casa, agora o marido faz sozinho (Leonor, entrevista cedida em 24 de setembro de 2019).

É relevante mencionar que a CooperAlfa foi fundada em 1967, com o nome de Cooperativa Mista de Agropastoril de Chapecó LTDA, com financiamento estatal por meio do Banco do Brasil (CooperAlfa, 2021). Segundo o site da própria cooperativa, ela visava facilitar o escoamento da produção dos agricultores da região – que até então vendiam individualmente a diferentes comerciantes. Para explicar um pouco melhor como funcionavam as atividades da CooperAlfa, retomamos o relato de Rosa, que ainda era criança na época em que surge a cooperativa. Rosa, que nasceu em 1975, no município de Marema - SC, conta:

R: Nós vendíamos pro, no início nós vendíamos pro, pro comerciante, que tinha comerciante, e depois a gente se associou na CooperAlfa daí, que a gente vendia na cooperativa e fazia troca também do trigo, que era o único que a gente tinha na época, não tinham outras pessoas que, e também não tinha o moinho que moía só a farinha de trigo, tinha aquele que moía o milho, que fazia a farinha da polenta né. Mas assim, a produção do trigo também não durava pro ano todo né, e a gente tinha uma família de oito pessoas, então assim o consumo era bom né.  
(Rosa, entrevista cedida em 25 de setembro de 2019.).

O surgimento da CooperAlfa, que ocorre concomitantemente à difusão dos Clubes 4S, transforma o modo como ocorriam as compras e vendas de produtos dos camponeses. Se antes a venda era feita com diferentes comerciantes, a CooperAlfa processualmente vai tornando-se responsável pelo monopólio da compra dos produtos dos agricultores. Além da compra de produtos, a Cooperativa também abriu mercados nas comunidades rurais, de modo que a venda dos produtos não é paga em dinheiro, mas com os produtos dos mercados, que os agricultores vão consumindo ao longo do ano. Esse consumo, segundo o relato de Rosa, na maior parte das vezes acabava endividando os agricultores, de maneira que no ano seguinte eles se esforçam para entregar ainda mais produtos, sobrecarregando suas jornadas de trabalho e o uso da terra, que passava a contar com cada vez mais insumos químicos:

E: Daí eles [da CooperAlfa] pagavam em dinheiro?

R: Não, daí a gente ia gastando o ano todo. Daí a gente, o meu pai ia lá e fazia um acerto

E: Ia gastando com o que?

R: A gente comprava no mercado né. Porque geralmente eles tinham a compra de produto, mas eles tinham as vendas também de produto [...] O mercado era deles, então a nós fazíamos essa troca, então a gente ia gastando o ano todo porque nós não tínhamos dinheiro o ano todo, nós tínhamos que buscar na produção, esperar a produção, pra se fazer o acerto. Depois veio aí a obrigação de se comprar as sementes. Que daí eles não estavam mais aceitando as sementes normais, que a gente tinha, mas ainda assim a gente teimava em continuar retirando uma certa quantia de semente pro plantio, e a gente pegava um pouco da cooperativa porque daí começou a se tornar uma coisa mais, eles impunham certas regras ali e a gente tinha que seguir

E: Mas ficava devendo, vocês ficavam devendo?

R: É, geralmente ficávamos devendo, porque a gente fazia produção, entregava, aí chegava lá, eles faziam a, eles mediam a umidade, eles mediam a impureza, né, e dava sempre um nível muito alto de impureza, um nível muito alto de umidade, e essa impureza e umidade, que dava no produto, era descontado (Rosa, entrevista cedida em 25 de setembro de 2019. A letra “E” indica as falas feitas pela entrevistadora).

É importante perceber o papel fundamental que a CooperAlfa tem na introdução de novas práticas produtivas no oeste de Santa Catarina. Aliado aos clubes 4S, a cooperativa pressiona os agricultores a comprarem sementes geneticamente selecionadas, a seguir certo padrão de produção, fazer melhorias nos plantios etc., para que os agricultores pudessem entregar a produção. Essas exigências, que são feitas sob risco de excluir as famílias das cooperativas, concorrem na prática para compelir os camponeses a modernizar sua produção, já que, sem a cooperativa, as famílias perdem também acesso ao mercado, acesso fundamental num momento em que as famílias estavam perdendo variedade de cultivo na produção.

É interessante notar que as adequações produtivas solicitadas impactam diretamente no trabalho das mulheres, já que elas passam a participar cada vez menos do processo de decisão sobre o que a família vai consumir, uma vez que os alimentos passam a ser comprados e cada vez mais industrializados. Ou seja, a autonomia das mulheres sobre o trabalho reprodutivo vai tornando-se mais confinada. Além disso, elas também têm acesso à renda (ao trabalho produtivo autônomo) dificultado, pois os produtos que antes elas produziam e vendiam por conta própria param de ser produzidos. Conforme Joana conta:

Aí vem as integrações, faz o contrato, e aí não, aí começam as proibições. Se fizer integração com frango, é proibido a galinha caipira. Então não tem mais ovo, nem galinha caipira nem pra família e nem pra venda; Aí se você fizer integração com o leite, você vai vender pra empresa, mas você não pode tirar leite pra fazer queijo e tal. E aí você não vai mais ter a manteiga, o queijo, a ricota né. Passa a não ter nem pra família e nem pra venda. E passa a ser dependente, a mesma empresa, Aurora, que compra o leite, ela vai te oferecer os produtos prontos no mercado, e você pega com conservantes e tudo mais, mas você tem um contrato. E as mulheres são lesadas porque não tem mais esse ganho e essa venda. E também porque elas vão perdendo a cultura de organizar, produzir, e fazer essas coisas (Joana, entrevista cedida em 23 de abril de 2019, grifo meu).

Aos poucos, e notadamente a partir da década de 1980 (Mior, 2003), grandes empresas de produção agropecuária vão estabelecendo também contratos de integração com as famílias camponesas, processo esse incentivado e financiado pelo Estado (Palmeira, 1989; Mior, 2003). Ainda que algumas empresas, como, por exemplo, o frigorífico Sadia, atuasse no oeste catarinense desde 1944, é na década de 1980/90 que essa e outras empresas do ramo agropecuário vão se internacionalizar (Mior, 2003), e tal internacionalização amplia as exigências feitas às famílias camponesas no que diz respeito à produção de suínos, aves e leite (ibidem). Este contexto concorre para a capitalização de algumas famílias e para o êxodo rural do campesinato que não consegue se adequar às exigências produtivas<sup>14</sup> (Barbosa; Lerrer, 2018).

---

<sup>14</sup> Joana também tem relatos sobre tal processo: “Aí os camponeses ali já tinham êxodo rural, ao monte. Endividamento que eu te falei, pra construir o chiqueiro, pegava o financiamento, pra pegar o motor, pegava financiamento, pra pegar trilhadeira e motor pra bater a soja, debulhar a soja e o feijão, financiamos. Aí pra ter as vacas de leite, financiamos as

Os contratos de integração funcionam do seguinte modo: uma empresa, como no caso do oeste catarinense, o frigorífico Aurora, oferece aos agricultores porcos para que eles façam a engorda do animal; a família, no entanto, assume a obrigação de utilizar a ração fornecida pelo técnico agrícola da Aurora, fazer as melhorias no chiqueiro conforme o técnico agrícola da empresa determine, utilizar os medicamentos determinados etc. Até que, quando o porco estiver pronto para o abate, a família o venderá à Aurora novamente, que é avaliado pela sua qualidade e peso, e retira-se os custos da produção (da ração, dos medicamentos, do porco etc.). Cabe notar que os primeiros contratos de integração foram entre as famílias camponesas – em nome dos homens – e a CooperAlfa, tendo depois outras empresas constituído esse modo de relação de trabalho<sup>15</sup>:

E: E você participou da integração de fumo e de suínos?

J: É, na verdade o contrato era com o marido né

E: Sempre?

J: Sempre

E: Ou só no caso de vocês?

J: Não, todo mundo. E aqui é interessante porque o contrato era com o marido, e o bloco de nota do produtor<sup>16</sup>, também (Joana, entrevista cedida em 23 de setembro de 2019).

Os contratos de integração não necessariamente dizem respeito à produção de suínos ou à terceirização da fase de engorda. Podem ser feitos também com outros animais (como aves), ou para a terceirizar a reprodução dos animais (ou qualquer outra etapa da produção), ou ainda com plantios agrícolas, como fumo (que funciona na mesma lógica, a diferença é que a empresa então fornece os insumos agrícolas e paga um valor diferente dependendo da qualidade das folhas de fumo).

O aumento das exigências requeridas pelas grandes empresas é relatado pelas mulheres. Rosa conta que inicialmente, quando sua família fez o primeiro contrato para a criação de porcos, ainda no início na década de 1980, a empresa permitia que a família tivesse porcos caipiras (que não tem raça identificada), desde que não vivessem misturados com os porcos da empresa. Permitia também que os chiqueiros fossem de madeira, algo que foi proibido nos contratos posteriores – passa a ser proibido também que as famílias criem outras raças de porcos (mesmo em ambientes separados), sob alegação de que a criação de mais de uma raça de porcos difundiria doenças (De Paula, 2020).

Assim, os contratos vão aos poucos confinando a autonomia produtiva dos camponeses, em especial no que diz respeito aos processos e tempos de trabalho, que, para Joana, era parte imprescindível da cultura camponesa: “Foi se perdendo toda aquela, a cultura e lógica da cultura

---

vacas, e aí era um tal de um paga o outro e ainda aquele rolo. E muita gente que fez o passo maior que a perna, sem muito controle, acabava perdendo tudo. Então tinha muito êxodo rural” (Joana, entrevista cedida em 23 de setembro de 2019).

<sup>15</sup> Na época, as empresas que faziam contratos de integração era principalmente: Sadia, Aurora, Perdigão, Copérdia. Hoje, os contratos continuam sendo feitos pela JBS, BRF, Copérdia, Aurora (integração de suínos e aves), e pela Quinta do Vale, Muller, Tirol, Piracanjuba (integração de leite).

<sup>16</sup> O bloco de nota do produtor é um documento que permite que o agricultor comprove suas atividades junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que futuramente garantir-lhe-á a aposentadoria.

camponesa” (entrevista cedida em 23 de abril de 2018). Joana apresenta diversas críticas a tal processo, que, segundo ela, torna os camponeses em assalariados do campo:

Hoje, com a integração, tem os agricultores que têm o contrato, se for produtor por exemplo, de aves, não pode ter galinha caipira, porque eles dizem que as galinhas caipiras podem levar doenças ao plantel dos frangos que eles fornecem os pintinhos. Que é o contrário, as doenças elas surgem do aglomerado, né, mas enfim, é proibido então. Eles fornecem os pintinhos, a ração, o medicamento, e a assistência técnica, e tem um contrato. Então depende da qualidade do lote, e tal, vai receber um valor x, que muitas vezes se for avaliado é um salário mínimo por pessoa, não dá mais que isso. Então eles têm, no fundo no fundo, eles tem assalariados no campo para trabalhar com a empresa. Só que não é percebido. Os agricultores, para eles, eles são agricultores, eles têm autonomia, eles têm contrato, eles mandam no aviário. Na cabeça deles. Mas no fundo no fundo, a empresa tem todo o domínio. E é ela quem diz "não, esse aviário precisa fazer isso, isso e isso. tem que fazer tais e tais melhorias". Então tem esse outro lado. Mas o custo dessas melhorias é do agricultor (Joana, entrevista cedida em 23 de abril de 2019).

Mediante as exigências feitas pelos contratos de integração, a jornada de trabalho das mulheres na esfera da produção aumenta. Maria, entrevistada que nasceu em 1965, no município de Chapecó, conta sobre como foi quando sua família firmou contratos de integração para criação de aves, na década de 1980. Ela diz, quando perguntei sobre suas lembranças com a integração:

M: Eu não tenho lembrança boa, porque eu lembro que a gente trabalhava muito nesse aviário, mas eu lembro de ver a minha mãe reclamar muito que ela não tinha mais direito de criar as galinhas que ela gostava de criar, as galinhas caipiras, os porcos, que não se tinha mais o direito nem de sair e visitar um vizinho, um parente, daí por conta de que sempre tinha muito serviço, a mãe ficava em casa com nós, e quando era pra visitar um parente era o pai que ia né. O pai ia viajar uma vez por ano pros parentes ele no Rio Grande, mas a mãe e nós tínhamos que ficar em casa pra cuidar de isso tudo, cuidar da casa, da, dos animais, do entorno, e, assim, que eu lembro, sempre foi isso.

E: E como que funcionava isso, vocês vendiam pra uma empresa, isso?

M: Sim, o aviário ele era, o proprietário da terra, que no caso era meu pai, ele construiu o aviário e a empresa, essa, não vou citar nome, até por questão de ética, a empresa trazia os pintinhos pequenos lá no aviário, nós, a família, nós entrávamos com a mão de obra, cuidava deles até eles terem a idade de vender. Aí quando a gente vendia esse produto que era os pintinhos, no caso os frangos daí, aí a empresa descontava o trabalho que eles tinham com o técnico, que eles tinham que pagar os salários dos técnicos, a maravalha que a gente comprava pra por na cama dos pintos, toda a comida dos pintos, até eles ficarem com 45 dias, que era os frangos, a medicação, a gente pagava luz, pagava toda a despesa que tinha, aí na nota fiscal tu olhava assim vinha uma nota no valor, naquela época era uma nota no valor de oito mil reais, quando tu ia receber tu recebia 1500, 1300, quando o aviário dava bem. É, tudo isso, era... Então desse de oito mil, que constava na nota, pra ti financeiramente, pra família vinha 1300, 1500 quando vinha bastante (Maria, entrevista cedida em 24 de abril de 2019).

No relato de Maria, seu pai podia sair, ir viajar, visitar os parentes etc., enquanto que as mulheres tinham que ficar em casa cuidando das aves da empresa. Mesmo que os homens fossem responsáveis pela gestão da produção, eles podiam sair, encarregando o trabalho às mulheres, o que indica a legitimidade masculina em controlar a produção e a divisão dos trabalhos.

Assim, seu relato evidencia que, mediante a integração da família, as mulheres passaram a trabalhar na produção constrangidas por duas autoridades: de um lado, pelas grandes empresas que interferiam no trabalho familiar por meio dos contratos; e, por outro, pelos homens da família, que já possuíam influência sobre a rotina de trabalho das mulheres, dado as hierarquias familiares, mas que, propõe-se passam a ter nos contratos de trabalho integrado uma nova forma de legitimidade. Ainda que a influência masculina sobre a gestão da produção, mesmo antes da integração, já fosse significativa, ventila-se que os contratos concorrem para legitimar a produção como esfera de controle masculina. Às mulheres, no relato de Maria, atribui-se jornadas de trabalho maiores, dada a ascendência masculina em decidir sobre a divisão dos trabalhos produtivos, e ainda suas responsabilizações sobre o trabalho reprodutivo.

A participação subordinada das mulheres na produção integrada, como já mencionado, coloca constrangimentos nos tempos de trabalho das mulheres, como relata Maria, que passam a ter menos horas do dia para se dedicarem aos trabalhos reprodutivos. O constrangimento à autonomia sobre o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres impactou as famílias camponesas também no que diz respeito à soberania alimentar<sup>17</sup>, aumentando a dependência em relação ao mercado de alimentos. Retoma-se novamente o relato de Joana, que evidencia a reorganização dos trabalhos das mulheres:

Eu acho que as mulheres sempre continuaram com muito trabalho. Muda a lógica, muda o foco, mas aí entra, por exemplo, mais eletrodomésticos, entra a questão da limpeza, a questão do cuidado com os animais, as vacas, os porcos, enfim, elas continuam tendo uma atuação. Hoje, como a agricultura é bastante mecanizada, então na minha avaliação se tirou muito, todo o papel e o poder das mulheres, que era o papel do conhecimento das plantas, de produzir e industrializar artesanalmente, de fazer pães, doces, cucas, geléias, industrializar por exemplo, os suínos, de, tudo isso foi tirado, então se você pegar uma mulher da minha geração, era obrigatório a gente entender de tudo isso pra ter alimentação suficiente. Hoje não, a gente vai pro supermercado e pega pronto. Então assim, essa cultura camponesa, eu acho que as mulheres perderam. Então as mulheres passam a trabalhar mais como, no cuidado, permanece na cultura patriarcal do cuidado com os doentes, dos filhos, da casa, do entorno da casa, e se tiver integração de leite, elas tem todo o trabalho da ordenha, do cuidado com as vacas, se for de fumo, elas têm na colheita de fumo, se for de suínos também elas têm (Joana, entrevista cedida em 23 de setembro de 2019).

Em suma, as transformações da agricultura concorrem para o aumento da carga de trabalho das mulheres, que são encarregadas pelo trabalho de reprodução e também por participar, de modo subordinado, das atividades produtivas. O trabalho produtivo torna-se cada vez mais vinculado aos contratos de trabalho estabelecidos entre as famílias e as grandes empresas, que estabilizam o homem como responsável e gestor do trabalho familiar, bem como o ator que recebe e controla a renda da família.

---

<sup>17</sup> Ainda que não seja o tema deste artigo, é curioso apontar que é neste contexto que o MMC-SC vai processualmente tornando a soberania alimentar, a reprodução e o cuidado com a vida a pauta principal de seus ativismos (De Paula, 2020).

Em sentido semelhante ao argumento de outras autoras, como Anita Blumer (2004)<sup>18</sup>, levanta-se a hipótese de que um possível motivo para a relação entre transformações da agricultura e aprofundamento das desigualdades de gênero é a lógica patriarcal de organização familiar e o consequente estabelecimento dos contratos de integração em nome dos homens. As mulheres relataram que os contratos de integração são sempre feitos em nome dos homens – e não, por exemplo, da família – de modo que se remunera apenas o trabalho masculino. Assim, torna-se importante organizar, na família, quais são trabalhos masculinos que os contratos remuneram, supostamente estabelecendo fronteiras fixas entre o que é trabalho remunerado e o que não o é, e, com isso, entre trabalho produtivo e não reprodutivo. Para o estabelecimento destes contratos, importa então naturalizar quais os trabalhos das mulheres da família – excluídas do mercado.

É curioso notar, assim, como um modo de organizar as relações sociais baseadas na autoridade masculina, como é em geral a organização das famílias camponesas (Woortmann; Woortmann, 1997) no oeste catarinense, têm efeitos adversos para as mulheres quando combinadas à integração produtiva que foi parte do processo de modernização da produção. O estabelecimento da integração da produção centraliza a renda no poder dos homens, bem como a gestão da produção, aprofundando a generificação dos trabalhos. Interfere ainda nos tempos e na autonomia das mulheres sobre a dimensão reprodutiva, de modo que amplia as desigualdades de gênero no interior das famílias. Concorre, ainda, para dificultar a participação e socialização das mulheres no espaço público, dada a extensividade de suas jornadas de trabalho. Cabe, assim, perceber como a modernização produtiva impacta a história das mulheres camponesas e a divisão sexual do trabalho do campesinato.

Dito isso, cabe indagar também em que medida a manutenção da ascendência masculina nas famílias camponesas, reafirmadas e fortalecidas pelos contratos de integração, concorreu para estabelecimento de consenso a respeito das transformações que vinham ocorrendo. Ou seja, este artigo sugere que a manutenção da estrutura e das hierarquias familiares patriarcais pode ser uma importante chave de leitura para entender a aceitação e a estabilização das transformações na produção, exigidas pelas grandes empresas. Esta hipótese sobre a relação entre a emergência do agronegócio e o fortalecimento do patriarcado, que concorre para a legitimação do primeiro, tem sido investigada também por outras autoras em diferentes contextos (Park; White; Julia, 2015).

Por fim, importa apontar que o modo como as agroindústrias e o agronegócio mobilizam a diferença de gênero impacta também as possibilidades de mobilização política das mulheres camponesas. Os contratos feitos com os homens invisibilizam a participação das mulheres no mundo

---

<sup>18</sup> Anita Blumer (2004), ao analisar o processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul, analisou como os contratos com o mundo exterior são realizados pelos homens, contribuindo para a ascendência masculina sobre a esfera produtiva.

do trabalho produtivo, e impedem, por exemplo, que as mulheres entrem em disputas trabalhistas com as grandes empresas, a despeito de comporem o arranjo familiar que efetua o trabalho integrado.

Além disso, conforme me relataram as entrevistadas, muitas das mulheres cujas famílias possuem contratos de integração não conseguem participar do Movimento de Mulheres Camponesas, devido à grande quantidade de trabalho que possuem em casa. Márcia, militante do MMC-SC, nascida em 1965, no interior do Rio Grande do Sul, se mudou para o oeste catarinense no final dos anos de 1980. Ela relatou:

E: Você acha que as integrações fizeram as mulheres participarem mais do MMC?  
M; Não, essa coisa de integração puxa elas pra trás, que daí elas não conseguem participar, é muito, elas não conseguem ir. Elas não vão, os homens não deixam, nem se elas querem elas podem ir [...] Porque se eu tivesse lá trinta vacas de leite eu não participaria, como que tu vai abandonar as vacas? Tu não pode (Márcia, entrevista cedida em 22 de setembro de 2019).

Márcia apresenta um questionamento que possui importantes consequências políticas e sociais sobre a vida das mulheres camponesas integradas, que pode ser sistematizado da seguinte forma: ao se encarregarem do trabalho reprodutivo e também do produtivo, realizando uma dupla jornada de trabalho, quais os tempos e quais as condições físicas e mentais que essas mulheres dispõem para se engajar em atividades no espaço público? Mediante os constrangimentos na rotina das mulheres que a produção integrada estabelece, como elas exercem, por exemplo, seus direitos de participação política<sup>19</sup>? Cabe indagar, aqui, o modo como a diferença de gênero impacta o engajamento das mulheres nas diversas esferas da vida, e para como a integração produtiva concorre para um modo de organizar a vida na terra que conflui para que o espaço público se caracterize como um espaço masculino, ao constranger os tempos das mulheres.

Assim, é possível refletir que as referidas mudanças ocorridas na agricultura no oeste catarinense, ao circunscrever o trabalho das mulheres no âmbito privado, explorando amplamente suas jornadas de trabalho e constrangendo seus tempos livres, dificultaram a participação política e a circulação no espaço público das mulheres camponesas. Desse modo, se a modernização da agricultura dependeu do campesinato e, sobretudo, do trabalho das mulheres camponesas para sua estruturação, tal emergência não significou para a vida das mulheres, de modo geral, a conquista de autonomia e direitos trabalhistas. Pelo contrário, a partir das narrativas das mulheres camponesas no oeste catarinense, nota-se que tal emergência concorreu para o acirramento das desigualdades de

---

<sup>19</sup> As décadas nas quais as agroindústrias e o agronegócio se estruturam no Oeste Catarinense representam o período também em que os sindicatos rurais passam a ter uma atuação preponderante. As mulheres entrevistadas narraram sobre as barreiras à participação política das mulheres no sindicato, tanto devido aos constrangimentos em seus tempos e rotinas de trabalho, quanto devido às restrições à participação delas no espaço público. Como alternativa, elas criaram um movimento exclusivamente de mulheres, denominado Movimento de Mulheres Agricultoras, posteriormente nomeado de Movimento de Mulheres Camponesas - SC. Para mais sobre este processo, ver: Paula (2020).

gênero nas famílias camponesas e para um constrangimento da autonomia das mulheres sobre os processos de trabalho e de seus resultados, bem como para um aparente afastamento das mulheres do espaço público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou como a modernização da agricultura no oeste catarinense transformou a produção camponesa e, em especial, o trabalho das mulheres camponesas. Os relatos das mulheres camponesas e a discussão feita explicitam como a modernização da agricultura – da qual a integração aos complexos agroindustriais e, posteriormente, ao agronegócio, fazem parte – no oeste catarinense não prescindiram da pequena produção. Por meio principalmente dos contratos de integração feitos com os homens, as grandes empresas subordinaram a produção das famílias camponesas, coagindo-as a fazer uma série de adequações técnicas que concorreram para o constrangimento da autonomia das famílias sobre o processo de produção e reprodução, e permitindo que as empresas terceirizem, desse modo, partes do processo produtivo.

Com isso, no caso do oeste catarinense, a transformação da produção camponesa a partir da integração às grandes empresas concorre para o aprofundamento da divisão sexual do trabalho. A diferença sexual passa a ser mobilizada para criar gênero e distinguir a parcela da família que se responsabilizará pelos trabalhos não pagos, essenciais à organização da produção das agroindústrias e do agronegócio. Em outras palavras, a generalização da lógica de produção do mercado nas referidas áreas rurais veio acompanhada da generalização da divisão sexual do trabalho (Hirata, Kergoat, 2007).

Essas transformações nos modos de produzir das famílias camponesas entre as décadas de 1970, 80 e 90 tiveram consequências amplas na vida das mulheres. As mudanças na agricultura concorrem para a masculinização da produção, de modo que as mulheres perdem, em grande medida, acesso aos trabalhos que lhes conferiam renda, bem como têm suas contribuições nessa esfera invisibilizadas. Ademais, a modernização produtiva concorreu para o constrangimento dos tempos de trabalhos das mulheres, de modo que elas passaram a ter menos tempo para dedicar aos trabalhos reprodutivos, por exemplo, sobre a alimentação, que vai se tornando dependente de produtos industrializados e de mercados externos, impactando a soberania alimentar das famílias. Por fim, tal sobrecarga de trabalho dificulta a circulação das mulheres no espaço público, de modo que as transformações na agricultura concorrem também para que o espaço público se consagre como espaço masculino.

Mediante tais reflexões, importa indagar se o agronegócio se expande, de modo generalizado e a despeito do caso do oeste catarinense, por meio do aprofundamento das desigualdades de gênero

no campesinato. Retomando Joan Scott (1995), para quem as relações de gênero são um modo primário de organizar as relações de poder (ibidem), está em questão aqui questionar se a mobilização das relações de gênero como modo de organizar o poder não é característica do agronegócio, tendo em vista o modo como as grandes empresas (não) remuneram os trabalhos, e o modo como criam consenso, que corroboram para a ascendência masculina sobre renda, produção e espaço público.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Yasmin; LERRER, Débora. Organização, trabalho e cuidado: uma trajetória do Movimento de Mulheres Camponesas no oeste de Santa Catarina. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, Campina Grande, v. 38, n.2, p. 88-101, out. 2018.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *cadernos pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan.-jun. 2006.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.
- COOPERALFA. *Nossa História*. Disponível em: < <http://www.cooperalfa.com.br/nossa-historia>>. Acesso em 10 fev. 2021.
- DA SILVA, Claiton Marcos. Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da “Pátria”: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985). *Revista Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 23, n. 33, p. 37-66, jan. 2010.
- DA SILVA, José Graziano. Urbanização e pobreza no campo. Agropecuária e Agroindústria no Brasil Ajuste. In: *Situação Atual e Perspectivas*, Rio de Janeiro: Edição ABRA, 1995.
- DE PAULA, Fernanda Folster. *O patriarcado da terra e a luta anti-patriarcal do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina*. Campinas, 2020. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2020.
- FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs.). *Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 37-54.
- FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. Declaração de Nyéléni. Nyéléni (Mali), 2007. Disponível em: <<https://wrm.org.uy/news/international-womens-day-struggling-for-food-sovereignty/>>. Acesso em 11/01/2021.
- GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 115-124, 2016.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France; GARCIA JR, Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, p. 29-44, 1984.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. *Revista brasileira de ciências sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, out. 2010.

- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set.-dez. 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário: Santa Catarina*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- KAGEYAMA, Angela. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme. et al (org.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990, p. 113-223.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. (verbete). In: HIRATA, Helena et al (orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.67-75.
- MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS. *A luta das mulheres agricultoras em Santa Catarina*. Florianópolis: Publicação do gabinete da deputada Luci Choinaski, 1992.
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Nenhuma trabalhadora sem documentos* (Cartilha). Passo Fundo: Secretaria Nacional do MMC, 2004. Disponível em: <<https://www.mmcbrazil.com.br/site/download>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação*. Passo Fundo: Secretaria Nacional do MMC, 2007. Disponível em: <<https://www.mmcbrazil.com.br/site/download>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Feminismo camponês e popular* (Cartilha). Passo Fundo: Associação nacional de Mulheres Camponesas, 2018. Disponível em: <<https://www.mmcbrazil.com.br/site/download>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- MIOR, Luiz Carlos. *Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense*. Florianópolis, 2003. 311f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à revolução verde. *Estudos sociedade e agricultura*, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 39-52, out. 2000.
- PAIM, E. A. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, v.14, p. 121-138, jan./jun. 2006.
- PAULA, Fernanda de. *Patriarcado da terra e luta anti-patriarcal no Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina*. Campinas, 2020. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2020.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, dez. 1989.
- PARK, Clara Mi Young; WHITE, Ben; JULIA. We are not all the same: taking gender seriously in food sovereignty discourse. *Third World Quarterly*, v. 36, n. 3, p. 584-599, 2015.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. A construção social da dívida na suinocultura integrada. *Anuário Antropológico*, v. 14, n. 1, p. 131-150, 1990.
- PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.
- SCHMITZ, Aline Motter; DOS SANTOS, Roselí Alves. A produção de leite na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná e a participação das mulheres no processo produtivo. *Terr@ Plural*, v. 7, n. 2, p. 339-356, 2013.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul.-dez 1995.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. *Revista brasileira de ciências sociais*, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 47-62, out. 2011.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo–Brasília: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UnB, 1997.